

SÉRIE “*Referências do Mercado Imobiliário*” TEM APOIO DO SEESP

A DELEGACIA SINDICAL DO SEESP em Campinas é uma das 15 entidades que apoiam a série “Referências para o Mercado Imobiliário”, lançada pela Habicamp (Associação Regional da Habitação), no dia 24 de maio, no Teatro do Centro de Convivência, em Campinas. O primeiro evento contou com a participação de aproximadamente 350 pessoas ligadas à construção civil.

O presidente interino da Habicamp e vice-presidente do setor da Construção Civil, Francisco de Oliveira Lima Filho fez o lançamento da série. “Vivemos um momento auspicioso, onde as oportunidades de investimentos ganham força em diversos setores da economia da cidade e da Região Metropolitana de Campinas. E o mercado imobiliário é um dos setores mais sensíveis à fase de aquecimento econômico”, avalia Lima Filho. A Habicamp pretende realizar 5 eventos este ano, com temas específicos do mercado imobiliário.

O objetivo é tratar de temas emergentes do mercado imobiliário de interesse direto das imobiliárias, construtoras, incorporadoras, administradoras de condomínio e empreendedores que pretendem estreitar o relacionamento com o segmento.

A parceria direta com a Secretaria Municipal de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo de Campinas, por intermédio do Secretário Sinval Dorigon, que também é

presidente da Habicamp, facilita o diálogo entre os setores público e privado, sinalizando que Campinas vive um momento diferenciado na busca de desatar uma série de entraves do desenvolvimento.

Primeiro dia

No primeiro dia Dorigon apresentou a palestra “A importância do Desenvolvimento Econômico de Campinas e seus Reflexos no Mercado Imobiliário”.

Também foram apresentadas as palestras “Compre Campinas e a Lei de Incentivo

O objetivo é tratar de temas emergentes do mercado imobiliário.

Fiscal”, por um representante do Secretário Municipal de Finanças de Campinas, Paulo Malmann, “O Momento Econômico e o

Impacto no Mercado Imobiliário”, por José Augusto Viana Neto, Presidente do CRECI, “Qualidade – O Bem Maior”, pelo arquiteto Welton Nahás Curi da ARCH Arquitetura, “A Engenharia da Impermeabilização Agregando o Valor Patrimonial, pelo engenheiro Henrique Setti, e “Do Projeto à Chave – Caminhos para o Financiamento “ pelo gestor do Crédito Imobiliário do Banco Bradesco, José da Silva Aguiar. Os participantes também tiveram a oportunidade de ouvir música popular brasileira (MPB) pelo cantor e compositor Teco Seade.

“Compre Campinas”

Na palestra “Compre Campinas e a Lei de Incentivo Fiscal” houve a apresentação do projeto, lançado em 20 de março último, pela Secretaria Municipal de Finanças de Campinas. O objetivo do projeto é atrair novos investimentos para a cidade, ampliar emprego e renda, aumentar a arrecadação de impostos municipais e desenvolver a consciência e a responsabilidade fiscal dos cidadãos.

O projeto prevê a concessão de incentivos fiscais a empresas industriais ou centros de distribuição que venham a se instalar ou que ampliem suas instalações em Campinas. O “Compre Campinas” prevê, também, benefícios complementares para empresas, que incorporarem ações voltadas à preservação do meio ambiente, que construam creches ou apoiem programas de creches da Prefeitura, realizem doações para fundos municipais ou promovam execução de obras de infra-estrutura.



Habicamp



Evento é promovido pela Habicamp.

Situação dos Processos contra a CPFL

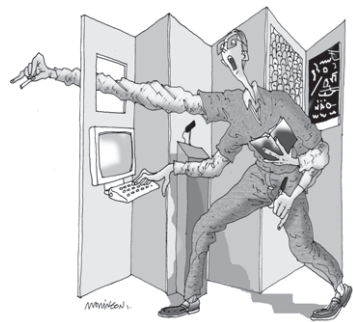
página 4



Inovação é essencial

Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente do SEESP

UM DOS PONTOS FUNDAMENTAIS de uma política de Ciência e Tecnologia a ser implantada no Brasil é o foco na inovação pelas empresas brasileiras, grandes e pequenas. O tema está previsto no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) em 2006. Esse recomenda incentivos à atividade com foco na cadeia produtiva, no caso das companhias de grande porte, e no negócio, quando se trata daquelas de micro, pequeno e médio. Serão necessários financiamentos a juros mais baixos e subvenções.



Felizmente, a preocupação também consta do Plano de Ações 2007-2010, hoje em fase de discussão com a sociedade – com a participação de representante do SEESP –, elaborado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Postas em ação, as medidas previstas podem sanar o atual quadro de baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento – apenas 0,4% do PIB (Produto Interno Bruto), sendo

77% referentes à aquisição de tecnologia incorporada em equipamentos, conforme estudo do consultor Marco Aurélio Cabral Pinto. O desafio é fazer o avanço da industrialização nacional com alto nível de inovação tecnológica, o componente que deve se somar à qualidade na produção, de modo a garantir a inserção soberana do Brasil no mercado global.

O passo essencial a ser dado simultaneamente ao incentivo eficaz à inovação é a garantia de mão-de-obra adequada para gerir os sistemas empresariais. É preciso dobrar o número de engenheiros que se formam a cada ano, atualmente em 20 mil. Além disso, deve-se ampliar os doutores nas áreas ligadas à C&T, que hoje representam apenas 13% do total anual de 10 mil.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Eng. Celso Rodrigues
Vice-Presidente da Delegacia Sindical do SEESP em Campinas

JÁ HÁ ALGUM tempo foram criados diversos instrumentos que viabilizam a participação e a intervenção dos cidadãos nas atividades da administração pública. No artigo assinado pelo engenheiro Hélio Shimizu, são citados vários Conselhos em atividade como o Conselho da Cidade de Campinas (CONCIDADE) e o Conselho Municipal do Meio ambiente (CMMA).

Estes conselhos, onde são discutidos temas de alta relevância para a cidade, estão abertos à participação de todos os munícipes, para que também você participe. Este e outros Conselhos existentes nas cidades existem para levar as reivindicações e aspirações dos cidadãos ao governo de cada município, de cada estado e

até ao nível de governo federal através dos Conselhos Federais específicos. Esta é a forma atual e mais eficiente para que haja uma aproximação entre a população que habita um município, um estado ou um país e seus governos.

Um dos modelos mais difundidos que realizam a função de aproximar cidadãos e administração pública é o Orçamento Participativo, já implantado há anos neste município e com bons resultados no que diz respeito a promover o diálogo entre governantes e governados. Ainda estão em andamento os trabalhos para elaborar os planos diretores das macro-regiões.

Aproximam-se agora as Conferências da Cidade e do Meio Ambiente, aberto à participação de todas as pessoas, individualmente ou organizados em entidades e associações. Portanto, as portas para a sua efetiva participação estão abertas.

Entretanto, ocorre um fenômeno interessante: geralmente estes instrumentos

participativos são muito bem utilizados pelas entidades representantes dos empresários (Sinduscon, Secovi, Área, etc) e pelas diversas entidades representantes dos movimentos populares. As camadas formadoras do que se chama classe média insistem em não querer tomar conhecimento destes movimentos participativos, preferindo continuar na velha rotina de simplesmente votar nas eleições (porque isso é obrigatório), e depois esquecer até mesmo o nome da pessoa que escolheu para ser seu representante.

Em resumo, verifica-se o seguinte: “Os pobres se organizam e vão à luta na defesa de seus interesses, os ricos já estão organizados e participam ativamente de todos estes eventos, as pessoas da classe média reclamam...”

Se você deseja conferir a veracidade destas palavras, compareça à III Conferência da Cidade de Campinas que será realizada no final deste mês de junho.



EXPEDIENTE: JORNAL DO ENGENHEIRO — PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO — EDIÇÃO CAMPINAS

Diretor Responsável: Rubens Lansac Patrão Filho. **Conselho Editorial:** Rubens Lansac Patrão Filho (Presidente), Celso Rodrigues (1º Vice-presidente), Luiz Carlos de Souza (2º Vice-presidente), Di Stefano Mariano (1º Tesoureiro), Antonio Augusto Kalvan (2º Tesoureiro), Jorge Joel de Faria Souza (1º Secretário), Francisco Alvarenga Campos (2º Secretário); Diretores Adjuntos – Johnny Eiji Okada, José Santoro Neto, Luiz Carlos Lima, Paulo Roberto Lavorini, Paulo Serafim Seixas Marques Tavares, Samir Musa, Sérgio Ferreira do Amaral e Suzie Helena Herrera. **Edição, Reportagem e Revisão:** Marta Adriano Rabelo Rocha (Mtb 24.881). **Diagramador:** Francisco Fábio de Souza. **Endereço da Delegacia:** Rua Antônio Lapa, 1.162 - Campinas – Cep: 13025-242 – Telefax: (19) 3251-8455 e 3251-8996 – E-mail: campinas@seesp.org.br. **Tiragem:** 3000 exemplares. **Edição:** junho de 2007. **Cidades que a Delegacia Sindical do SEESP em Campinas abrange:** Aguiá, Águas da Prata, Águas de Lindoia, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Atibaia, Bragança Paulista, Caconde, Campinas, Casa Branca, Cosmópolis, Divinolândia, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Itobi, Jaguariúna, Lindoia, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Pinhal, Pinhalzinho, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz das Palmeiras, Santo Antonio de Posse, Santo Antonio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Tambaú, Valinhos, Vinhedo.



CNMA APRESENTA PROPOSTAS PARA ÁREA RURAL E URBANA DE CAMPINAS

NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO da III Conferência da Cidade de Campinas, a Comissão Técnica Ambiental (CTA) do Conselho da Cidade de Campinas (CONCIDADE) apresentou proposta para a realização conjunta com a Conferência Municipal do Meio Ambiente (CMMA), que seria promovida pelo Comdema, em parceria com o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (CONGEAPA) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR). Na CMMA, segundo a proposta da CTA, haveria dois eixos temáticos: água e biodiversidade na área rural, infra-estrutura e política urbana. O texto base para discussão resulta de compilação das teses, aprovadas na I e II Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), além de contribuições da CTA/CONCIDADE, face a realidade local.

Na área rural de Campinas se encontra uma Área de Proteção Ambiental (APA) do principal manancial de abastecimento da água do município, a bacia hidrográfica do Atibaia; em função disso há, no texto base, orientação no sentido de disciplinar, em Lei municipal, empreendimentos urbanos em área rural. Se indicam medidas para preservação da biodiversidade, com recomposição de matas ciliares e conservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), com plano de manejo florestal sustentável, combate às queimadas e aos incêndios florestais.

As políticas de estímulos para atividades rurais passam pela redefinição do conceito de terra produtiva, incluindo áreas com cobertura vegetal nativa preservada. A Lei Federal 10831/2003, que trata da Política Nacional de Agricultura Orgânica, propicia incentivo e apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar com sistema agroecológico de produção, favorecendo o uso e conservação da agrobiodiversidade, como estratégia para a segurança alimentar e geração de renda. Em Campinas, o chamado cinturão verde contém produção agrícola em: horticultura, floricultura, fruticultura, entre outros produtos agrícolas, que merecem financiamento, orientação técnica e infra-estrutura.

Na política urbana, a promoção da Agenda 21 Local, articulada com Planos Diretores, junto com programas de educação socioambiental voltado para a comunidade, através de oficinas, palestras e vivências, enfocando aspectos como ética e cidadania, constitui medida fundamental de promoção do desenvolvimento urbano

sustentável. A municipalização do processo de licenciamento ambiental com controle social, através do Comdema, composto durante a CMMA, a cada dois anos, configura a metodologia adequada para a construção do paradigma da sustentabilidade socioambiental.

Legislação municipal sobre arborização urbana é pressuposto para garantia de área verde por habitante.

A sustentabilidade socioambiental nas políticas de transportes, incluindo o licenciamento de aeroporto e rodovias, necessita incentivar a implantação de ciclovias e privilegiar passeio do pedestre, garantindo segurança nos deslocamentos. Os transportes coletivos e frotas de veículos automotores, no modelo da sustentabilidade, devem substituir combustíveis fósseis por biocombustíveis.

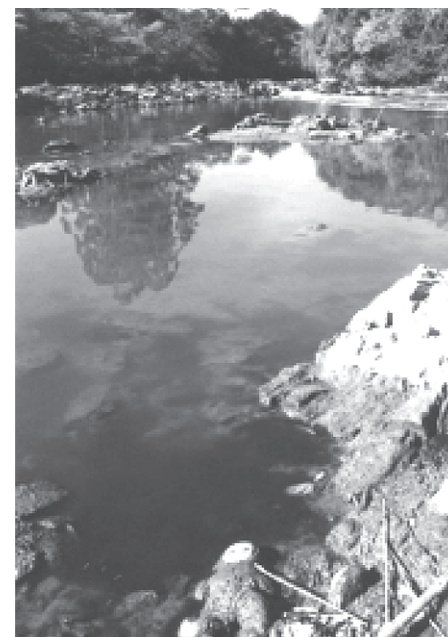
As empresas que utilizam tecnologias e processos limpos, destinados a reduzir emissões dos poluentes, submetendo-se ao monitoramento ambiental através de auditoria pública, merecem obter selo verde empresarial.

Cumprimento de legislação municipal sobre arborização urbana representa pressuposto para garantir área verde por habitante em Campinas. Em face da impermeabilização do solo, a legislação urbanística poderia prever que novas construções contemplassem um sistema de

armazenamento da água de chuva, para ser utilizada em vasos sanitários, na limpeza do quintal, no jardim, nas piscinas e nos aparelhos de ar condicionado. A difusão de uso dos aquecedores solares, em substituição aos chuveiros elétricos, contribui para a sustentabilidade no consumo de energia.

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a ser aprovada pelo Congresso Nacional, que contemple proibição da importação dos pneus usados, prevendo eliminação do uso de mercúrio e do amianto nos processos produtivos, complementar a Lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), sobre Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS). Projeto de Lei sobre Política Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) encontra-se à disposição do Comdema, para ser apreciado. Aproveitamento de potencial energético do biogás gerado nos aterros sanitários e nas estações de tratamento do esgoto, através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), como prevê o Protocolo de Kyoto, aponta na direção da sustentabilidade socioambiental.

Hélio Shimizu é Vice Presidente do Comdema e Coordenador da CTA/CONCIDADE.



Divulgação

Rio Atibaia: principal manancial de abastecimento da água do município.



Conheça o andamento dos processos contra a CPFL

Adicional de Periculosidade

O processo referente ao adicional de periculosidade encontrava-se com o juiz da 6ª Vara do Trabalho de Campinas para apreciação dos cálculos apresentados pelo perito judicial. Nesta fase, o juiz deve verificar os cálculos do perito judicial e se estiverem corretos devem ser homologados. No entanto, se o juiz verificar algo incorreto, deve determinar ao perito que promova as correções por ele apontadas.

E foi exatamente isso que aconteceu. O juiz entendeu que não pode ser calculado o adicional de periculosidade sobre os pagamentos feitos pela CPFL a título de “complementação de auxílio-doença”, uma vez que esse pagamento não possui natureza salarial e que durante o período de afastamento o empregado não recebeu o adicional, razão pela qual determinou ao perito que exclua essas diferenças dos cálculos.

Além disso, o juiz entendeu que o perito judicial calculou de maneira equivocada as diferenças do adicional de periculosidade nas férias, uma vez que, pela análise dos holerites, por ocasião das férias a CPFL pagou o adicional sobre o valor total das férias, motivo pelo qual

determinou que o perito exclua também essas diferenças do cálculo.

Em virtude destas incorreções, o juiz concedeu um prazo de 90 dias para o perito judicial promover as retificações, apresentando novos valores no processo. Os novos cálculos deverão ser apresentados pelo perito por volta do mês de setembro de 2007. Assim que os novos cálculos forem apresentados, os valores serão divulgados a todos os engenheiros interessados.

Dissídio Coletivo de 2001

Em virtude da divergência dos cálculos que apresentamos com aqueles apresentados pela CPFL, o juiz nomeou um perito judicial para elaborar os cálculos das diferenças devidas a cada engenheiro.

O juiz fixou um prazo de 60 dias para o perito apresentar os cálculos das diferenças, o que deverá ocorrer por volta do mês de agosto de 2007, quando, então, o Sindicato divulgará os valores a todos os engenheiros interessados.

NDV

O processo ajuizado pelo SEESP com o objetivo de obrigar a CPFL a voltar a

reembolsar as **Notas de Despesas de Viagem (NDV)** foi extinto sem julgamento do mérito pela juíza da 7ª Vara do Trabalho de Campinas.

Diante desta decisão, o SEESP ingressou com recurso ordinário ao TRT de Campinas. O julgamento do nosso recurso deverá ocorrer dentro dum prazo estimado de seis meses. Assim que ocorrer o julgamento no TRT, os engenheiros interessados serão informados.

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31.

Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP.

Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

CURSO ESPECIAL DE INGLÊS PARA ENGENHEIROS

Níveis:	Básico ao Avançado
Método:	Comunicativo (Abordagem Natural)
Diferencial:	Comunicação Técnica Ministrada por Engenheiro Graduado nos EUA
Local:	Delegacia Sindical do SEESP em Campinas
Matrícula:	Julho - para início em agosto de 2007
Carga Horária:	2 vezes por semana
Horários:	1 aula de 2ª - 6ª feira das 6h às 7h15 da manhã 1 aula de 1h15 aos sábados de manhã

Instrutor: Eng. Marcus Eduardo Bernardes de Paula Pereira

Docente, consultor e tradutor público graduado em engenharia mecânica pela The Cooper Union, EUA, com MBA pela Universidade de São Paulo e pós-graduação em Marketing pela Universidade da Califórnia Berkeley. Trabalhou como engenheiro em multinacionais de grande porte tais como, Volkswagen, Lucent Technologies e American Power Conversion. Possui mais de 10 anos de vivência internacional e experiência em treinamento.

Avaliações de Proficiência: (19) 3287-4840 / 9613-6575

Desconto Especial para Sócios do SEESP e empresas conveniadas